

MIRANDELA NA GUERRA COLONIAL



Mirandela forneceu, tal como todos os concelhos do país, centenas e centenas de militares que cumpriram missões no Ultramar onde a Guerra Colonial se desenrolou (Angola, Moçambique e Guiné). Infelizmente nem todos regressaram com vida e outros fizeram-no feridos e abatidos do ponto de vista físico e emocional. Para homenagear os seus Mortos no Ultramar, a Câmara Municipal de Mirandela instalou um Monumento alusivo da autoria do Arq. Henrique Pereira. O Monumento simboliza um carro de combate enferrujado e abandonado nas matas e as hastes os países que emergiram da Guerra Colonial e que se tornaram independentes. Contém também uma lápide com os nomes e locais de nascimento de soldados mortos em combate do concelho de Mirandela:

Sold. ADÉRITO RAFAEL GRALHO : RMA - CDI/AEA : Vale de Gouvinhas
Sold. ALBERTO ANTÓNIO AZEVEDO : GICmds - 31º CCMDS : Barcel
Sold. ALCIDIO DOS REIS SEQUEIRA : RI2 - CCaç. 1498/BCaç. 1876 : Vale de Telhas
Sold. ALFREDO AUGUSTO : RI 2 - CCaç. 1586 : Mirandela
1º Cabo ANÍBAL AUGUSTO FIGUEIREDO : RAC - CArt. 1524 : Torre D. Chama
Sold. ANTÓNIO JOAQUIM BORGES : BC5 - BCaç. 455 : Vale de Salgueiro
1º Cabo ANTÓNIO JOSÉ CRAVO : RAP 2 - CArt. 565 : Mirandela
Sold. ANTÓNIO MANUEL : BC 10 - CCaç. 3549/BCaç. 3884 : Cedães
1º Cabo ANTÓNIO MANUEL FERREIRA : BC 10 - CCaç. 2418 : Vila Boa
Sold. ARTUR MANUEL CARVALHO : RMM - BCaç. 17 - Adido Cart. 3573 : Mirandela
Sold. FERNANDO CRUZ DOS SANTOS : RI 1 - CCaç. 4140/72 : Guide
Sold. GUILHERME ALBERTO MOREIRA : RI2 - CCaç. 1624 : Abreiro
Sold. HUMBERTO DOS SANTOS AIRES : RI16 - CCaç. 2572 : Vale de Gouvinhas
Sold. JOÃO ANTÓNIO DURO : RAC - CArt. 1453 BArt. 1864 : Aguiéiras
Sold. JOÃO DE DEUS FERREIRO : BC 10 - CCaç. 457/BCaç. 460 : Vale de Salgueiro
Sold. JOSÉ ANTÓNIO ESTEVES : RMA - DBI : Mirandela
Sold. JOSÉ ANTÓNIO GOMES : RMA - RISB : Lamas de Orelhão
1º Cabo JOSÉ ANTÓNIO PAULO : RI 2 - CCaç. 3489/BCaç. 3872 : Torre D. Chama
Furriel JOSÉ CARLOS DE CASTRO TORRES : RAC - CArt. 1661 : Mirandela
Alferes JOSÉ DOMINGOS REIS : Bil 19 - CCaç. 3321/BCaç. 3830 : Vale de Salgueiro
1º Cabo JOSÉ MARIA LOMBA : RC 3 - CCav. 2483/BCav. 2867 : S. Pedro Velho
Alferes MANUEL ALFREDO PINTO : RI 15 - CCaç. 4540 : Avidagos
Cabo MANUEL DO NASCIMENTO RODRIGUES : CMD Naval : Frechas
1º Cabo MANUEL FERNANDES CLARO : BC 10 - CCaç. 459/BCaç. 460 : Mirandela
1º Cabo MANUEL JOÃO ALVES : RMA - DD : Navalho
Sold. MANUEL JOAQUIM ROQUE : RMM - CA/D BR : Succães
Alferes MANUEL MARIA PIRES : BC 10 - CCaç. 2367/BCaç. 2845 : S. Salvador
Sold. MANUEL RESSURREIÇÃO MORAIS : RI 15 - CCaç. 1569 : S. Pedro Velho
Sold. NORBERTO DOS SANTOS COSTA : RI 15 - CCaç. 473/BCaç. 514 : Vila Boa
Sold. OCTÁVIO AUGUSTO BARREIRA : RI 2 - CCaç. 2405 : Succães
Sold. PORFÍRIO ARMINDO CABANAS : RI 1 - CCaç. 1626/BCaç. 1898 : Vale de Juncal

O funeral de **Alfredo Augusto**, residente na Freixedinha, foi noticiado no Notícias de Mirandela, tendo estado presentes as autoridades locais, nomeadamente o Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, Manuel Joaquim Ferreira. Alfredo Augusto nasceu no dia 20 de Outubro de 1945 e faleceu em combate na Guiné no dia 20 de Fevereiro de 1967.

Os primeiros acontecimentos da Guerra Colonial foram os seguintes e em 1961:

- ▮ **4/Fev** - Revolta em Luanda, com ataques à Casa de Reclusão, ao quartel da PSP e à Emissora Nacional, acção considerada como o início da luta armada em Angola.
- ▮ **7/Fev** - Primeira aterragem na pista do Negaje, em Angola. Esta data passou a ser o Dia da Unidade do AB3.
- ▮ **Mar** - Início dos planos Centauro Grande e Marfim Negro, com vista à remodelação do dispositivo de forças portuguesas em Angola, com a companhia como unidade-base da contra guerrilha.
- ▮ **15/Mar** - Partida de Lisboa de quatro companhias de caçadores para reforço da guarnição de Angola.
- ▮ **16/Mar** - Ataques dos elementos sublevados do Norte de Angola a algumas povoações, como Carmona, Aldeia Viçosa e Bessa Monteiro.
- ▮ **16/Mar** - Chegada a Luanda da primeira companhia de pára-quedistas.
- ▮ **17/Mar** - Primeiro comunicado oficial sobre os acontecimentos do Norte de Angola.
- ▮ **18/Mar** - Início da actuação da Força Aérea no Norte de Angola.
- ▮ **21/Mar** - Evacuação de mais de 3500 portugueses residentes no Norte de Angola para Luanda, através de ponte aérea.
- ▮ **28/Mar** - Constituição, em Angola, do primeiro corpo de voluntários civis.
- ▮ **30/Mar** - Decreto que dá aos governadores-gerais o encargo da política de defesa de cada colónia.
- ▮ **31/Mar** - Criação de um corpo de voluntários civis, para actuação no Norte de Angola.



A Guerra Colonial (1961/1974)

A Guerra Colonial desenrolou-se nas colónias de Moçambique, Guiné e Angola, no período de 1961 a 1974. Estiveram em confronto as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação de cada uma daquelas colónias.

Os primeiros confrontos ocorreram em Angola, na zona a que se viria chamar Zona Sublevada do Norte, traduziram-se, a partir de 15 de Março de 1961, em bárbaros massacres de populações brancas e trabalhadores negros oriundos de outras regiões de Angola.

Nos três teatros de operações (Angola, Moçambique e Guiné) os efectivos das forças portuguesas foram aumentando constantemente em relação ao aumento das frentes de combate, atingindo-se, no início da década de 70, o limite crítico da capacidade de mobilização de recursos.

Pela parte portuguesa, a guerra era sustentada pelo princípio político da defesa daquilo que era considerado território nacional, baseado no conceito de nação pluricontinental e multirracial. Pela parte dos Movimentos de Libertação, a guerra justificava-se pelo inalienável princípio de autodeterminação e independência, num quadro internacional de apoio ao incentivo à sua luta.

O Estado Novo, primeiro com Salazar e depois com Marcelo Caetano, manteve com grande rigidez o essencial da política colonial, fechando todas as portas a uma solução credível para o problema de qualquer dos territórios.

O 25 de Abril de 1974, trouxe alterações à natureza do regime político português, os novos dirigentes de Portugal, aceitavam naturalmente os princípios da autodeterminação e independência, pelo que as fases de transição foram negociadas com os movimentos de libertação, traduzindo-se rapidamente no fim das acções militares envolvendo forças portuguesas. A viagem para África começava muito antes do embarque. O processo que levava um jovem até Angola, Guiné ou Moçambique iniciava-se habitualmente logo após o final da instrução da especialidade. Para um atirador, e tanto fazia sê-lo de infantaria, cavalaria ou artilharia, após ser dado como pronto vinha a ordem de mobilização. O caso mais vulgar e típico era o de o militar pertencer a uma companhia e esta a um batalhão.

A ordem de mobilização originava a guia de marcha para a unidade mobilizadora. Aí se juntavam os militares vindos dos vários centros de instrução, os graduados e os comandantes. A companhia e o batalhão já tinham um número de código atribuído e, aos poucos, surgiam os especialistas diversos, os condutores, transmissões, enfermeiros e cozinheiros, de modo a que se preenchesse o quadro orgânico respectivo.

Enquanto se formava a unidade, realizavam-se os exercícios de instrução - IAO, a instrução de aperfeiçoamento operacional -, com os conselhos sobre o que fazer em África para sobreviver, recebiam-se as vacinas, o camuflado e, por fim, a unidade estava pronta. Chegava a ordem de embarque e então o contingente formava em parada no quartel.

Nos primeiros tempos, o capelão rezava uma missa campal, que depois caiu em desuso; o comandante da unidade mobilizadora, um coronel, proferia umas palavras alusivas à missão e entregava o guião ao comandante do batalhão mobilizado, um tenente-coronel, ou então da companhia, um capitão; as tropas desfilavam ao som da música, era concedida a licença de dez dias antes de embarque e pagas as ajudas de custo. Neste momento, o militar era um mobilizado, ia a casa, despedia-se da família, fazia umas asneiras por conta, arranjava umas correspondentes para lhe escreverem, ou umas madrinhas de guerra, e voltava à unidade mobilizadora para daí iniciar verdadeiramente a viagem.

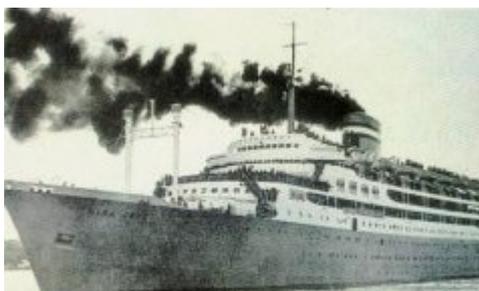
Neste regresso faltavam uns quantos camaradas, que tinham decidido dar o salto para o estrangeiro ou baixado ao hospital com uma doença mesmo a calhar, mas os que restavam formavam-se de novo em parada no quartel, com as malas, e embarcavam nas viaturas militares para a estação de caminho de ferro mais próxima.

Na estação, quase sempre de noite, o contingente embarcava num comboio especial em direcção a Lisboa, ao Cais da Rocha ou ao de Alcântara. O navio que os iria levar estava atracado e as famílias apinhavam-se nas varandas da gare marítima com lenços a acenar cartazes com o nome do militar, para chamar a atenção, e lágrimas da despedida. A tropa, vinda de vários pontos em quantidade suficiente para encher o navio, desfilava de novo, agora em continência perante um alto representante militar, com as senhoras do Movimento Nacional Feminino e da Cruz Vermelha a distribuírem lembranças e mais folhetos sobre o território de destino.

Chegava o momento do embarque. Subiam-se as escadas e arrumava-se a bagagem junto ao beliche armado nos porões, transformados em casernas. Depois, voltava-se ao convés, lutava-se por um lugar na amurada ou trepava-se aos mastros, para os últimos acenos.

Por volta do meio-dia, o navio recolhia as escadas e os cabos, a sirene apitava e, durante alguns anos, a instalação sonora tocava uma marcha intitulada ANGOLA É NOSSA independentemente do destino - um ritual abandonado nos anos mais próximos do fim da guerra.

O navio afastava-se lentamente, virava a proa à foz do Tejo, passava por baixo da ponte e deslizava diante da Torre de Belém. A fome já apertava e eram dadas instruções para a primeira refeição a bordo.



Chegada a um novo continente

Os oficiais seguiam para a Primeira classe, os sargentos para a Segunda e os praças para a Terceira. Neste caso, e dada a grande quantidade de tropas embarcadas, havia um sistema de self-service. Cada grupo nomeava os seus faxinas, que se aproximavam dos caldeirões, montados à proa e à ré, para receber um tacho de sopa, um de «segundo», o pão e a fruta, que redistribuíam pelos seus camaradas, no regresso aos seus postos. Comia-se como num piquenique, sentando no convés. Este sistema já funcionava mal com o mar calmo, mas piorava nos dias de tempestade. Nesses dias, os respingos do mar salgavam a comida, os faxinas desequilibravam-se com o balanço, entornando a sopa, e os restos espalhados ajudavam a escorregar os que vinham em sentido contrário. Valia nessas ocasiões o enjojo da maioria, que os tornava menos exigentes na quantidade e qualidade da alimentação.

A meio da viagem realizavam-se exercícios de salvamento a bordo, e todo o contingente enfiava o colete salva-vidas e cada um apresentava-se junto à baleeira que lhe estava destinada em caso de naufrágio. Tiravam-se umas fotografias e estava passada mais uma tarde. Os dias de calma eram gastos a jogar às cartas e a receber alguma instrução sobre o destino, em que ninguém, verdadeiramente, queria pensar.

A passagem do equador fornecia o pretexto para uma cerimónia da praxe e, entretanto, aproximava-se a chegada, que, quase sempre de manhã, era o tempo da curiosidade de África, o tempo de refazer as malas e o desembarque. Nova formatura, agora o calor, um desfile e um discurso. Depois, a partida para um campo militar, o Grafanil, em Luanda, o Cumeré, em Bissau.

Aqueles para quem Moçambique era o destino, prosseguiram viagem de Lourenço Marques para norte, até à Beira, Nacala ou Porto Amélia.

A partir daqui, seguiam-se os dois anos da comissão.

"A Logística é o ramo dos conhecimentos militares que tem por fim proporcionar às Forças Armadas os meios humanos e materiais necessários para satisfazer as exigências de guerra."

As Forças Armadas Portuguesas adaptaram a sua doutrina logística para situações de conflito a partir dos princípios e normas estabelecidos para a guerra convencional, no âmbito da NATO. Neles se estabelecem as cinco funções logísticas que reúnem grupos de actividades afins: Abastecimento, evacuação hospitalização, transporte, manutenção e serviços.

Para as executar no terreno, prevendo as necessidades das tropas, organizaram-se serviços no Exército com as respectivas missões:

- **Serviço de engenharia:** trabalhos de construção, reparação e manutenção de instalações e vias de comunicação, montagem e exploração de redes de distribuição eléctrica, pesquisa e exploração de fontes de água e fornecimento de cartas topográficas;
- **Serviço de transmissões:** comunicação entre comandos e unidades, fornecimento do respectivo material, sua manutenção e reparação;
- **Serviço de transportes:** Organização e execução de transportes marítimos e terrestres;
- **Serviço de material:** operações de carácter técnico relativas a armamento, viaturas e munições;

- **Serviço de intendência:** abastecimento de víveres, combustíveis e lubrificantes, de fardamento, calçado, equipamentos e material de aquartelamento;

- **Serviço de saúde:** preservação da saúde das tropas e recuperação dos feridos e doentes, produção e distribuição de medicamentos e transporte de tropas em lancha.

Além destes, foram ainda implantados outros serviços especiais, de que se destaca pela sua importância:

- **Serviço Postal Militar (SPM):** responsável pelo encaminhamento de toda a correspondência oficial e particular

- **Polícia Militar (PM):** manutenção da disciplina, lei e ordem militar

- **Serviço cartográfico, cinematográfico e fotográfico (SCE):** execução de levantamentos cartográficos, de reportagens cinematográficas e fotográficas;

- **Assistência religiosa**

A nível dos estados-maiores e dos quartéis-generais, a actividade logística era planeada e coordenada pelas 4^{as} repartições. No exército, a responsabilidade superior a nível logístico cabia a um general designado como quartel- mestre - general; na Marinha, ao superintendente do material; na Força Aérea existia um comandante logístico.

Na Marinha, o apoio aos navios e embarcações pertencentes aos comandos navais e de defesa marítima processava-se nos serviços de assistência oficial das instalações navais, existindo serviços destes em Luanda e Lourenço Marques, a partir de 1964, em Bissau a partir de 1965.

Na Força Aérea, o sistema logístico de apoio às aeronaves em operações nas regiões aéreas de Angola e Moçambique e no Comando da zona Aérea da Guiné e Cabo Verde processou-se de forma idêntica estabelecida para as aeronaves que se encontravam nas bases em Portugal. As grandes manutenções e reparações eram efectuadas nas OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico), situadas em Alverca, e as manutenções e reparações de nível orgânico e intermédio faziam-se nos grupos de material das próprias bases. A cadeia de reabastecimento de material era suportada pelo Depósito Geral de Material da Força Aérea, situado junto das OGMA, e a actividade de intendência e de contabilidade foi organizada a partir das delegações da Direcção do Serviço de intendência e Contabilidade junto dos comandos das regiões e zonas aéreas.

Em Angola, no início da guerra não existia estrutura capaz de apoiar as unidades do Exército, que chegavam em ritmo crescente, e a sua criação assentou no estabelecimento de uma base logística em Luanda e na divisão da região militar em duas áreas logísticas, uma englobando o Norte (ZIN) e a outra o restante território. O reabastecimento processava-se a partir de Luanda e os serviços estavam centralizados.

A partir dos depósitos-base dos vários serviços eram enviadas para as unidades remessas periódicas dos artigos requisitados, em transportes terrestres, marítimos e aéreos, civis ou militares. Os abastecimentos eram levados para todo o território de Angola, excepto Cabinda, em viaturas militares ou civis fretadas, através dos movimentos logísticos, os MVL, como ficaram conhecidos. A força Aérea e a Marinha participaram também no sistema de transporte.

- O caminho-de-ferro foi utilizado em Angola e Moçambique para abastecer as várias unidades militares dos artigos requisitados. Para fazer face à ameaça de minas, eram colocados vagões carregados de sacos de terra, antes da máquina.

A abertura da frente leste obrigou a criar órgãos logísticos avançados, sendo o apoio centralizado na cidade do Luso.

Na Guiné, além da ausência quase total de estruturas económicas que suprissem pelo menos em parte as necessidades, o pouco que existia concentrava-se em Bissau, com mau porto de mar, onde era difícil armazenar, os abastecimentos idos de Portugal.

De Bissau para o interior eram muito deficientes as vias terrestres apesar de uma melhoria de qualidade, essa melhoria foi anulada pelo aumento da insegurança resultante da escalada das acções do PAIGC. Daí o aproveitamento da rede fluvial que penetrava no território, embora esta apenas possibilitasse a navegação a embarcações de pequeno calado, que estavam condicionadas pelas marés. É ainda de acrescentar as adversas condições climatéricas, que depauperavam as tropas, aceleravam o desgaste do material e tornavam difícil a conservação dos víveres.

Também a violência da guerra aumentava as dificuldades de todas as acções de apoio aos combatentes.

A dependência de uma fonte exterior, as condicionantes dos transportes, com 70% deles a serem efectuados por via fluvial, e a acção do PAIGC aconselhavam a dispor de elevados níveis de reservas, o que era dificultado pela insuficiência das infra-estruturas de armazenagem e de meios de manutenção.

A rede de frio, necessária nos outros teatros, era indispensável na Guiné para assegurar a quantidade mínima de alimentos frescos às tropas, tendo a força aérea um papel importante no transporte dos alimentos.

É ainda de referir a importância de outros serviços que desempenharam papéis de importância decisiva: as transmissões e o serviço de saúde. O primeiro porque a intensidade da guerra na Guiné exigia eficaz sistema de transmissões para o comando e o controlo das operações, a fim de solicitar apoios de fogo, de evacuação sanitária e reabastecimentos.



Socorrista, com Equipamento de Primeiros-Socorros, em Coluna Militar

A importância decisiva do serviço de saúde deve-se, à violência dos confrontos, aliada às condições climatéricas, provocava elevado número de baixas por ferimentos e doenças, a que o serviço de saúde deu resposta através de um sistema de evacuação apoiado nos meios da Força Aérea e de tratamento nos seus órgãos próprios - as enfermarias, os postos avançados de sangue e de reanimação e, acima de tudo, o Hospital Militar da Guiné, em Bissau.

Em Moçambique, a organização do apoio logístico foi, acima de tudo, condicionado pela configuração do território e pela localização excêntrica dos centros de decisão política e militar relativamente às zonas de operações.

Rapidamente se entendeu o desajustamento de manter depósitos - base em Lourenço Marques, a 2000 km da fronteira norte, onde se desenrolavam as operações, pelo que a estrutura logística foi descentralizada, constituindo-se depósitos junto aos portos de desembarque da Beira, Nacala e Porto Amélia.

A descentralização e o relevo que os transportes tiveram são características marcantes do apoio logístico em Moçambique e a importância destes levará à criação de uma chefia do serviço de transportes, dando-lhe um desenvolvimento que não teve em Angola ou na Guiné. Para fazer face às particularidades resultantes da configuração do território, o exército dividiu-o em quatro áreas logísticas, cada uma servida por um depósito base.

Os Movimentos de libertação assentaram o seu apoio logístico em bases no exterior, normalmente nos países Limitrofes.

Os abastecimentos eram transportados por viatura até à fronteira e daqui para o interior por meio de colunas apeadas.

As linhas de reabastecimento tiveram importância diferente nos três teatros de operações, desde as facilidades do PAIGC em fazer chegar ao interior todo o tipo de equipamentos, víveres e munições até `extrema dificuldade do MPLA transportar por longos itinerários os meios para levar a cabo as suas acções.

O mesmo problema viria a colocar-se também à Frelimo, com a abertura da frente de Tete.

Os principais problemas que se colocaram aos movimentos, em especial em Angola e Moçambique, foram o transporte de minas e munições e o apoio sanitário aos seus combatentes e às populações sob o seu controlo.

Militares

Após a Segunda Guerra Mundial, adensam-se, mais uma vez, as nuvens de ameaça sobre o Império Colonial Português que, sabe-se, os seus pés de barro. Embora com lentidão, o regime trata de reestruturar o aparelho militar.

Macau está sob constante ameaça da Revolução Chinesa, e na Índia é tudo uma questão de tempo. Quando a guerra começa em Angola (4-2-1961), há militares que se levantam. Convencidos da impossibilidade de uma solução militar, chegam mesmo a fazer uma tentativa de golpe de Estado (General Júlio Botelho Moniz, 13 de Abril), mas o regime endurece as suas posições, mantém-se surdo e mudo. Apesar disso, as Forças Armadas, dispondo de efectivos reduzidos e meios obsoletos, não tinham capacidade de resposta.

Inicialmente, o regime tenta minimizar os acontecimentos e fala de “ acções de polícia” para manter a ordem. Mas enquanto a guerra de Angola ganhava terreno, desenvolvida a norte pelo U.P.A. (depois F.N.L.A.), de Holden Roberto, e a leste pelo M.P.L.A. de Agostinho Neto (a U.N.I.T.A., de Savimbi, só aparece em 1966) o P.A.I.G.C. inicia a luta armada na Guiné, em meados de 1962, e a F.R.E.L.I.M.O., em Moçambique, no segundo semestre de 1964.

No final de 1960, o dispositivo militar em Angola limitava-se a três regimentos (Luanda, Nova Lisboa/Huambo e Sá da Bandeira/Lubango), dois batalhões de Caçadores (Cabinda e Carmona/Uíge), um grupo de reconhecimento e um batalhão de Engenharia, num total de 6 500 militares, dos quais 1 500 metropolitanos. Um ano depois 33 mil, valor que foi subindo sempre até 1965, ano em que se cifrou em 57 mil. No ano seguinte, baixou e, com algumas, oscilações (55 mil, em 1970, foi o mínimo), ultrapassou os 60 mil, em 1971, atingindo o valor mais alto (65 mil) em 1973.

O efectivo em Moçambique, começou a ser reforçado logo em 1961 (11 mil homens), aumentando até 1973, ano em que se cifra em 51 mil. Na Guiné, de cerca de 5 mil homens, passando para 9 mil, em 1963, número que cresce sempre, até atingir 32 mil, dez anos depois.

Feitas as contas, os efectivos militares nas três frentes de guerra, em 31 de Dezembro de 1973, totalizavam cerca de 149 mil homens. A campanha Africana começara em 1961 - quase 13 anos que mudaram Portugal.



Mortos

Durante os 13 anos de Guerra, e segundo elementos incluídos na Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), registou-se um total de 8 290 mortos nas três frentes de combate. O subtotal mais elevado refere-se a Angola (3 258), embora a exiguidade do território leve a ter de se referir a Guiné, com 2 070.

A grande maioria dos que morreram caiu em combate, e aqui o número mais elevado registou-se em Moçambique (1 481); seguem-se Angola (1 306) e Guiné (1 240).

Feridos

O número é difícil de calcular. A Associação de Deficientes das Forças Armadas presta serviços a 13 mil sócios, todos, portanto, portadores de “deficiência permanente e adquirida durante o serviço militar”. Mais cerca de 3 mil processos aguardam solução. Estimativas apontam para um total de 30 mil deficientes. Não custa aceitar que o número de feridos, com maior ou menor gravidade, é bastante mais elevado, até porque, em muitos casos, os ferimentos não deixaram marcas. Muitíssimo mais alto é o número de afectados, sobretudo a nível psíquico. Médicos têm estudado o fenómeno, calculam em cerca de 140 mil os antigos militares “stress de guerra”, uma doença mais grave do que se supõe.

Mas há outra ferida que as próprias autoridades procuram esconder o mais possível: os desaparecidos. Recentemente, a Grande Reportagem, escrevendo sobre estes “heróis sem regresso”, dizia que “de 1971 a 1973, há no Diário de Notícias nove referências a desaparecidos de combate”. E nos dez anos anteriores?

Ninguém vai acreditar que não haja números oficiais. Talvez à medida que o tempo passe, sejam criadas as condições para exorcizar definitivamente o fantasma da guerra, de modo a que ninguém fique submergido pela capa do silêncio.

A ida para África, África e seus mistérios, África e a guerra, provocavam de forma geral, nos jovens na iminência de serem mobilizados, reacções de receio, mas também de curiosidade. Nos anos de 60, os Portugueses tinham de África e da guerra um conhecimento povoado de mitos e fantasias construídos sobre a vida da selva e o contacto com populações estranhas. em época de informação controladas pela censura e propaganda, e condicionada pela relativa pobreza dos métodos e processos de a difundir, transformar rapidamente jovens europeus, camponeses e cidadãos, em soldados capazes de viver e combater nos teatros africanos exigia o recurso a todos os meios, incluindo a arte e o humor.

As Forças Armadas, especialmente o exército, por ser o ramo que mais efectivos mobilizou, deitaram mão a esses recursos como complemento da preparação dos seus soldados para a realidade que iriam encontrar e a melhor forma de enfrentar situações em que poderiam ver-se envolvidos. Aproveitando a arte e o engenho de alguns militares em campo de guerra, eis alguns que salientamos, o oficial de cavalaria Vicente da Silva e José Rui, entre outros que mais tarde obtiveram sucesso como desenhadores de cartoons, o Jornal do Exército publicou, nos primeiros anos de guerra, uma série de [“Conselhos aos Soldados no Ultramar”](#), que, embora enquadrados nas actividades de acção psicológica, revelavam apurado sentido de humor e de crítica. Também as páginas humorísticas relativas às missões dos corpos de tropas e às situações vividas nas várias fases da comissão contribuíam para integrar os jovens soldados nas realidades que viviam ou iriam viver.

O dia-a-dia dos militares nos quartéis do mato passava-se entre tarefas de segurança, as operações e a rotina dos longos dias. Excepto nas guarnições sujeitas a grande pressão dos guerrilheiros, nos dias cumpriam-se no contacto com as populações, nas permanências no bar, na correspondência com a família, na prática de algum desporto e, por vezes, na caça. A ideia prevalecente na maioria dos militares era de que a comissão durava duas vezes 365 dias. A partir da data do embarque, iniciava-se a contagem decrescente até ao regresso. A partir do local onde se encontrava, [media-se a distância](#) a que se estava de casa.

Os quartéis portugueses em África reproduziam a cultura de origem dos seus ocupantes, sendo vulgar organizarem-se pequenas explorações agrícolas, onde se cultivavam produtos metropolitanos que melhoravam a dieta da alimentação. As relações com a população local era, em regra geral, fáceis e traduziam-se na troca de serviços, dos domésticos aos sexuais, por algum tipo de remuneração, alimentos e tratamentos sanitários.



O correio constituiu casa especial na permanência dos militares em África. A correspondência com a família, as namoradas e os amigos consumia grande parte do tempo disponível dos mobilizados e aliviava as tensões que seriam dificilmente suportadas sem esse escape. O Serviço Postal Militar (SPM) organizado pelas Forças Armadas atingiu elevados padrões de eficácia, existindo a noção em todos os escalões de comando de que receber a correspondência regularmente era essencial para manter o moral das tropas. O momento da chegada do correio e a sua distribuição provocava excitação compreensível. Por isso, todos os meios foram utilizados para fazer chegar o saco de lona do SPM às guarnições mais isoladas.

O golpe de Estado do 25 de Abril de 1974, levado a efeito por militares dos três ramos das Forças Armadas, dirigidos pelo MFA, pôs fim a 41 anos de Estado Novo e a 48 anos de ditadura em Portugal. Ao 25 de Abril seguiu-se um período revolucionário que transformou radicalmente o Estado e a Sociedade. Em apenas dois anos, Portugal sofreu a mais profunda mudança na sua história não só do ponto de vista do sistema político, mas também nas concepções, estruturas e relações sociais e económicas. As independências dos territórios coloniais, ocorrida entre Outubro de 1974 e Novembro de 75.

A guerra colonial constituiu a motivação dominante do MFA para conceber e preparar um golpe de estado contra o regime. O golpe de Estado obedeceu a um planeamento muito cuidadoso e a execução de grande eficácia, baseada em princípios militares muito simples (surpresa, coordenação e concentração de forças)

O sinal utilizado pelos golpistas foi uma canção de José Afonso "Grândola, Vila Morena", transmitida pela rádio Renascença. Estava assim iniciada a revolta.



Autometralhadoras da EPC no Terreiro do Paço

A maior parte dos objectivos a conquistar situava-se evidentemente em Lisboa, razão pela qual, a partir das 3 horas da manhã de 25 de Abril (operacionalmente considerada a Hora H), começaram as forças a efectuar os respectivos movimentos em direcção aos objectivos que a cada uma estavam destinados. A partir desta hora, sem qualquer esboço de resistência, foram caindo nas mãos dos revoltosos os centros nevrálgicos da capacidade de manobra do regime: RTP, Rádio Clube Português, Emissora Nacional (sintomaticamente os primeiros objectivos conquistados eram todos meios de comunicação social, vitais para qualquer dos contendores), Quartel-General de Lisboa, Aeroporto Internacional, Banco de Portugal e Rádio Marconi. Nas primeiras horas foram igualmente bloqueadas vias de comunicação importantes e executados movimentos de tropas em direcção aos centros de decisão do regime: Terreiro do Paço, instalações da DGS, quartéis da Legião Portuguesa e tropas potencialmente adversas.

Em poucas horas, e sem que fosse visível qualquer reacção governamental organizada, grande parte do plano operacional do MFA estava executado. Só muito tarde o regime acordou.



A Chaimite que Transportou Marcelo Caetano

Marcelo Caetano foi induzido pelos próprios sistemas de segurança a dirigir-se para o Quartel do Carmo, que se transformou no ponto central das operações militares. Ao princípio da tarde, Salgueiro Maia, comandante dos revoltosos no local, dispôs as forças em posição de cerco e preparou-se para a queda do último símbolo do regime. O povo de Lisboa, figurante activo e cada vez mais interveniente, respondia com crescente entusiasmo ao teor dos comunicados transmitidos e aos objectivos políticos do MFA.

Do posto do comando, instalado no quartel do Regimento de Engenharia 1, na Pontinha, o MFA procurou conduzir a acção militar e pôr fim às expectativas.

Entretanto, no próprio Quartel do Carmo, efectuou-se um contacto entre o general Spínola e Marcelo Caetano, ficando deste encontro a expressão deste último ao afirmar que preferia entregar o poder a alguém que lhe desse garantias, em vez de deixar que caísse na rua. De certa forma, formalizou-se neste cenário a queda do governo, com a prisão de Marcelo Caetano e de alguns Ministros.

Ao princípio da noite, o MFA divulgou a sua proclamação, primeiro documento programático preparado antecipadamente e que continha as intenções fundamentais do movimento militar: entrega do Governo a uma Junta de Salvação Nacional, próxima difusão de um programa do MFA, restituição ao povo português das liberdades cívicas e eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte. Spínola chegou entretanto ao quartel-general do MFA, na Pontinha, onde ficou surpreendido com o facto de não serem oficiais da sua confiança os responsáveis pela condução das operações militares que acabavam de derrubar o regime. De facto, mesmo antes do 25 de Abril, estavam claramente esboçadas duas correntes principais no seio do movimento militar. Spínola, que servia de referencial a uma delas, tinha a ideia de que o seu prestígio e a qualidade dos seus incondicionais apoiantes lhe garantiriam o domínio da situação nos momentos decisivos.

A «transmissão de poderes» no Quartel do Carmo, que afinal acontecera num clima de euforia em torno da sua figura, culminava numa série de acções que pareciam orientar-se no sentido de lhe ser atribuído o papel dominante. Contudo, tanto a coordenação das acções militares, como a sua execução concreta fora, e continuava a ser, obra da corrente do movimento não incondicionalmente apoiante de Spínola. Num instante o potencial significado da transmissão do poder encenada no Carmo deixava de ter sentido, já que a intervenção estava a ser protagonizada pela corrente não comprometida com o general. E assim, à medida que o confronto com o velho regime se atenuava, com a queda sucessiva dos seus apoios, um conflito interno surgia desde as primeiras horas no interior do poder emergente.



Embarque das Últimas Tropas Portuguesas em Luanda

Contudo, na noite de 25 para 26 de Abril todos procuraram estabelecer relações minimamente conflituosas, embora a noite não tivesse sido fácil para nenhum dos lados. Com efeito, a questão que fundamentou a atitude dos oficiais do MFA, relacionada no fundo com a solução da Guerra Colonial, polarizou duas atitudes profundamente distintas. Na lógica do projecto inicial do programa do MFA estava uma concepção inequívoca do acesso das colónias à autodeterminação e independência, única forma de por fim à guerra. A supressão da alínea que o declarava formalmente - negociada entre as duas tendências emergentes na própria noite de 25 de Abril - não desfez o modelo resultante do restante articulado, mas vem a prestar-se ao nascimento de novos equívocos, como os factos se encarregarão de demonstrar.

À medida que o triunfo do MFA se desenhou, cresceu a participação popular em todas as acções, em Lisboa e um pouco por todo o país. O povo da capital viveu intensamente todas as peripécias da revolução, acompanhou de perto as evoluções militares e participou com entusiasmo em muitas das conquistas dos revoltosos; tomou mesmo à sua conta a execução de algumas acções, redobrando o seu empenhamento à medida que descobriu sinais do sentido democrático do movimento. No final do segundo dia, os últimos redutos do regime tinham sido completamente derrubados, com a tomada da sede do DGS e a abertura das prisões políticas. De certa forma se poderá considerar que estava consumado o golpe de Estado.

O não reconhecimento, no programa do MFA do direito à independência dos povos das colónias criou uma situação equívoca durante os meses que se seguiram ao 25 de Abril, que só viria a ser emendada pela Lei 7/24 de 27 de Julho, seguida da comunicação do general Spínola, Presidente da República. A posição pró-independentista então anunciada possibilitou o incremento de conversações oficiais entre o Estado Português e os movimentos de libertação e o início do processo de descolonização. Entretanto, os três meses já decorridos tinham produzido demasiadas situações de desequilíbrio nas forças militares em serviço nas colónias.

A ambiguidade das primeiras posições relativas à nova política colonial gerou, de facto, situações duvidosas, que não puderam depois ultrapassar-se sem graves desentendimentos. Os dois projectos distintos que repartiram o poder em 25 de Abril tinham em grande parte, na base da sua distinção, as questões ligadas ao futuro das relações de Portugal com as suas colónias. E mesmo os pontos comuns dos dois projectos acabaram rapidamente por ser submetidos à prova prática dos factos, o que exigiu, a maior parte das vezes, a sua revisão. Cada revisão foi um combate. Cada passo na redefinição do processo colonial exigiu uma dura luta entre Spínola, cuja tese carecia de prazos de concretização dilatados e não atendia às situações reais vividas nos teatros de operações, e a Comissão Coordenadora do Programa do MFA, que procurou guiar-se por um modelo político de acordo com os princípios dos direitos dos povos à autodeterminação e independência e com realidade militar vivida no terreno.

Definido, com a Lei 7/74, o direito dos povos coloniais à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo «a aceitação da independência dos territórios ultramarinos», estava dado o sinal para as populações brancas das colónias de que o processo de descolonização iria entrar na fase definitiva. O comunicado conjunto de Portugal - ONU, publicado em 4 de Agosto, pôs fim às últimas dúvidas.

Com base neste novo enquadramento, foram retomadas as negociações com o PAIGC e a Frelimo, chegando as delegações à assinatura de protocolos de acordo. Em Argel, em 26 de Agosto, ficou concluído o processo de conversações entre Portugal e o PAIGC, no sentido do reconhecimento da «República da Guiné-Bissau como Estado soberano pelo Estado Português». Em Lusaca, a 7 de Setembro, foi solenemente assinado pela delegação portuguesa e pela Frelimo um «acordo conducente à independência de Moçambique». Contudo neste mesmo dia, vários grupos de brancos organizados num movimento contrário ao acordo assaltaram, em Lourenço Marques e noutras cidades moçambicanas, as instalações do Rádio Clube de Moçambique e dos seus emissores regionais, preconizando, em contínua emissão radiofónica, a independência branca e a intervenção da África do Sul. Apesar da dificuldade de que se revestiu a acção das Forças Armadas para pôr termo à situação a tentativa acabou por fracassar.

Criados assim os instrumentos de transmissão para a Guiné e para Moçambique, com respeito pelo direito dos povos à independência, com o reconhecimento dos respectivos movimentos de libertação e com a marcação de um calendário de transferência de poderes, efectivaram-se os actos que concretizaram as cláusulas dos acordos.

Na Guiné fez-se a transferência administrativa, que poderia prolongar-se até 31 de Outubro. De forma geral decorreu sem incidentes, publicando o governo português a declaração de reconhecimento solene da independência da República da Guiné-Bissau em 10 de Setembro de 1974.

Relativamente a Moçambique, o governo português accionou rapidamente os mecanismos acordados em Lusaca nomeando, ainda em 10 de Setembro, o alto-comissário previsto no acordo, cargo em que foi investido Vítor Crespo, destacado elemento da Comissão Coordenadora do MFA, que de imediato partiu para Moçambique. Entretanto, numa operação de grande envergadura planeada pelo quartel-general de Nampula e pela e pela direcção da Frelimo, foram transportados para o interior do território e para as principais cidades os efectivos militares e quadros dirigentes deste movimento de libertação de forma a cumprir-se ao Acordo de Lusaca e a permitir que o governo de transição, presidido por Joaquim Chissano, tomasse posse a 21 de Setembro.

Quanto a Angola, considerando as previsíveis dificuldades de aproximação dos três movimentos de libertação e a amplitude da comunidade branca angolana, o Presidente da República, e de forma geral os órgãos de soberania portugueses, interrogava-se legitimamente sobre a melhor forma de levar à prática a descolonização. Com efeito, os altos interesses em jogo no território angolano quer do ponto de vista da África do Sul e dos países ocidentais, quer do ponto de vista da União Soviética e dos seus aliados faziam adivinhar o alargamento de um confronto à margem de Portugal. Na sequência de várias decisões, Spínola encontrou-se com Mobutu na ilha do Sal, em 15 de Setembro, reunião que se revestiu de grande sigilo, mas cujo objectivo foi a questão de Angola. As iniciativas de Spínola tiveram ainda alguma continuidade quando, em 27 de Setembro, exactamente nas vésperas da sua ruptura com o novo regime, recebeu uma delegação das «forças vivas de Angola», a quem apresentou «as linhas gerais do programa de descolonização daquele território», o seu último acto oficial relativo a tal matéria. Três dias depois, Spínola renunciaria ao cargo.

Com Costa Gomes na Presidência da República não diminuíram as preocupações com a descolonização e, em especial, com a resolução do caso de Angola.

O processo de negociações conheceu várias frentes, desenvolvendo-se essencialmente em torno de acções da Presidência da República, do ministro Melo Antunes, do ministro dos negócios estrangeiros e das autoridades portuguesas de Angola. Neste período, uma primeira frente de conversações desenvolveu-se em direcção à FNLA, a partir de Kinshasa, onde esteve presente uma delegação portuguesa em 11 e 12 de Outubro, prosseguindo estas conversações, alguns dias depois, em Luanda. Ainda durante o mês de Outubro, no interior de Angola, encontraram-se delegações de Portugal e do MPLA, vindo a ser acordado um cessar-fogo.

Entretanto, várias diligências ao nível diplomático e político procuraram desbloquear algumas desconfianças mútuas e várias dificuldades práticas, até poder ser anunciado, os últimos dias do ano, uma cimeira dos três movimentos em Mombaça, preparatória de uma plataforma comum perante o Governo português. Efectuada esta nos primeiros dias de 1975, foi possível dar mais um passo em direcção à assinatura de um acordo global, com realização, no Algarve, de uma cimeira dos três movimentos e de Portugal, entre 10 e 15 de Janeiro. Neste último dia foi assinado o Acordo de Alvor, que definia um modelo de transferência de poderes e criava os instrumentos-base do entendimento mútuo e do esforço comum no sentido de Angola se tornar num Estado independente a partir de 11 de Novembro de 1975. Contudo, os interesses brevemente silenciados não tardaram a fazer-se ouvir, desfazendo em migalhas as esperanças de Alvor. Sem que a data da independência tivesse sido posta em causa, o edifício constitucional laboriosamente construído durante as conversações acabou rapidamente por ruir.

Nos outros territórios processaram-se entretanto os últimos actos da presença portuguesa. Da República da Guiné-Bissau, o último contingente militar regressou a Lisboa em 15 de Outubro.

Em Moçambique prosseguiu a acção do alto-comissário e do Governo de transição, que, apesar de alguns incidentes puderam ultrapassar as dificuldades e conjugar esforços para a preparação da independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975.

Relativamente a São Tomé e Príncipe foi assinado um acordo em 26 de Novembro de 1974, em Argel, entre o Governo português e o respectivo Movimento de Libertação, que marcou, a independência do território para 12 de Julho de 1975.

Quanto a Cabo Verde, o acordo assinado entre Portugal e PAIGC, em Agosto de 1974, estabelecia o princípio do acesso do arquipélago a autodeterminação e independência. Em 17 de Dezembro, foi publicado o Estatuto Constitucional de Cabo Verde, prevendo a realização de eleições por sufrágio directo e universal, em 30 de Julho de 1975, para uma assembleia com «poderes soberanos e constituintes». Esta proclamou a independência do território em 5 de Julho de 1975.

Em Angola, a guerra civil fez do processo de descolonização um desastre, com milhares de vítimas e a fuga dos portugueses. Também em Timor se viveram dias dramáticos, com as facções locais envolvidas em luta aberta e sem que as autoridades portuguesas dispusessem de capacidade para por fim à situação, acabando a Indonésia por invadir a ilha.

O que depois se passou ultrapassa o âmbito deste trabalho dedicado à Guerra Colonial.

Este trabalho foi recolhido no site do Centro de Documentação 25 de Abril que terá todo o interesse em vê-lo aproveitado noutros sites.

